

IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO EDUCACIONAL INDIVIDUALIZADO PARA CRIANÇAS COM AUTISMO NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO INFANTIL: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

JÚLIA VICTORIA CASALINHO PEREIRA¹; SIGLIA PIMENTEL HÖHER CAMARGO²

¹Universidade Federal de Pelotas – juliacasalinho@gmail.com

²Universidade Federal de Pelotas – sigliahoher@yahoo.com.br

1. INTRODUÇÃO

De acordo com a versão mais recente do Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-5), o Transtorno do Espectro do Autismo (TEA) é um transtorno do neurodesenvolvimento caracterizado por déficits no comportamento e na comunicação/interação social. As pessoas com TEA podem apresentar, dentre outras características, interesses e comportamentos estereotipados, restritos e repetitivos, dificuldades em alterar rotinas, inflexibilidade de comportamento, ausência de contato visual e linguagem corporal, dificuldades na comunicação verbal e em criar e manter relações sociais.

Atualmente, a inclusão das crianças com TEA ultrapassa a discussão acerca do acesso ao ensino regular, pois embora a escola seja um lugar de grande potencial para enriquecer as experiências sociais e o desenvolvimento de novas aprendizagens das crianças (NUNES et al., 2013), somente a matrícula não basta para que ocorra a inclusão e a aprendizagem. Os estudos precisam estar centrados nas estratégias de ensino que considerem as características de cada criança, de modo a garantir o progresso e a permanência dos estudantes nas escolas (MATOS; MENDES, 2015). Essa é uma questão complexa, visto que grande parte dos professores não se sente preparada para trabalhar com os alunos com TEA (CAMARGO et al., 2020).

Nessa perspectiva, buscar alternativas que auxiliem o professor no desafio de ensinar crianças com autismo, considerando necessidades e adequações curriculares individualizadas, é uma demanda importante para a pesquisa na área da educação inclusiva. Estudos nacionais têm demonstrado (COSTA, 2016; PEREIRA; NUNES, 2018) o Plano Educacional Individualizado (PEI) como uma metodologia de trabalho colaborativa benéfica no processo de ensino-aprendizagem de crianças com TEA, ou seja, tanto para os alunos quanto para os professores.

O PEI é descrito como um mapa que planifica e orienta a educação do aluno com deficiência, contendo nível atual de desempenho do mesmo, metas, objetivos e avaliações contextualizados com o currículo do ensino regular (PEREIRA, 2014). No PEI devem constar as metodologias de ensino utilizadas, o tempo para alcançar os objetivos e os espaços de aprendizagem que serão utilizados nas atividades (SILVA, CAMARGO, 2021). Tannús-Valadão e Mendes (2018) ainda apontam o PEI como quebra de barreira padrão ao direcionar o planejamento para a pessoa e não para a instituição, além de não mais ser planejado por um ou poucos profissionais, e sim por um grupo de pessoas envolvidas no processo de escolarização dos alunos, como os familiares, os profissionais da escola

(professor da sala comum, professor auxiliar, professor de AEE, coordenador pedagógico, diretor e demais funcionários) e profissionais externos (neuropediatra, psiquiatra, fisioterapeuta, terapeuta ocupacional, psicólogo, fonoaudiólogo, neuropsicopedagogo, assistente social, dentre outros) (OLIVEIRA; SILVA; ZILLY, 2022).

No contexto da Educação Infantil, a escola é um espaço propício para as práticas de intervenções (NUNES; ARAÚJO, 2014), em função de que as crianças de 0 a 5 anos passam, em grande maioria, o turno integral na instituição. Embora o foco não deva ser nas habilidades acadêmicas, é importante que elas exercitem habilidades básicas necessárias para atividades mais complexas no futuro, evitando até mesmo a evasão escolar. É importante ressaltar que o PEI não elabora um currículo paralelo, mas busca adaptá-lo conforme as necessidades das crianças, partindo do que já sabem e focando nas suas habilidades.

O PEI, portanto, tem a função de dar o suporte ao aluno para ajudá-lo no processo inclusivo, por meio de objetivos e estratégias direcionadas às tarefas que ele está apresentando mais dificuldades. Lembrando que a educação na perspectiva inclusiva, é a escola que deve se adaptar às necessidades do aluno. Por isso, o objetivo deste trabalho foi identificar na literatura brasileira as contribuições da implementação do PEI para crianças com TEA no contexto da educação infantil.

2. METODOLOGIA

Para a realização deste estudo foi feita uma revisão bibliográfica nas bases de dados *CAPES* e *SciELO*, buscando identificar pesquisas brasileiras que abordassem a implementação do PEI na educação infantil. As palavras-chave utilizadas foram: Plano educacional individualizado e autismo; PEI e TEA; Plano educacional individualizado e educação infantil; implementação do PEI na educação infantil; implementação do PEI e autismo. Os resultados apontaram para a pesquisa de Pereira e Nunes (2018), único trabalho no Brasil em que realizou a implementação do PEI no contexto da educação infantil.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Considerando o crescente número de diagnósticos de crianças com TEA, juntamente com o aumento no número de matrículas delas nas escolas regulares, é importante que sejam elaborados estudos que comprovem recursos eficazes na aprendizagem dessas crianças, considerando as suas necessidades especiais de aprendizagem.

Embora haja uma crescente de trabalhos envolvendo o Plano Educacional Individualizado no Brasil, Silva e Camargo (2021) apontam que eles ainda são poucos. As pesquisadoras, que realizaram uma revisão integrativa acerca da produção científica nacional sobre o PEI no Brasil, constataram que de um total de dezesseis, nenhum deles operacionaliza o PEI, ou seja, nenhum explica de forma clara as etapas a serem abordadas, bem como não especificam o papel de cada membro da equipe multidisciplinar responsável pela elaboração do mesmo. Mais adiante, Silva (2021) preenche essa lacuna quando aborda em seu estudo as diretrizes para operacionalização de um PEI e o papel dos membros da equipe. Porém, ela não concretiza, neste estudo, a implementação do PEI.

No Brasil foi encontrado, até o momento, apenas um estudo que realiza a implementação do PEI em um contexto de educação infantil - a pesquisa de Pereira e Nunes (2018). As autoras evidenciam, com base em dados qualitativos e quantitativos, que com o PEI houve mudanças significativas nas áreas acadêmicas e/ou funcionais de um aluno de cinco anos matriculado na educação infantil. Porém, apesar do estudo apresentar benefícios da implementação do PEI, ele foi feito somente com um participante, o que impossibilita a verificação de causa e efeito e, conseqüentemente, a garantia de eficácia do estudo (SILVA; CAMARGO, 2021). Além disso, a pesquisa foi realizada em um contexto de escola privada.

Costa (2016) realizou uma pesquisa que tinha como objetivo descrever o processo de implementação do PEI em uma escola pública do município de Santa Maria/RS. Embora ele implemente o Plano, o mesmo foi elaborado para um menino de onze anos, estudante do ensino fundamental. Além disso, o foco da pesquisa se dá no trabalho colaborativo da equipe, e não nos resultados de aprendizagem do estudante. Os resultados evidenciaram que o PEI ainda é pouco utilizado no Brasil.

4. CONCLUSÕES

Os estudos envolvendo o Plano Educacional Individualizado no contexto do ensino regular vem sendo realizados, porém, não há estudos nacionais que implementem o PEI para crianças da educação infantil contemplando um número suficiente de participantes (para garantia do controle experimental do estudo) e em um contexto de escola pública. Com isso, é necessário pesquisas que mostrem resultados qualitativos e quantitativos da eficácia do PEI na aprendizagem e no desenvolvimento integral das crianças de 0 a 5 anos.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- APA, AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. DSM-5 - Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais. 5a ed. Porto Alegre: Artmed, 2014.
- CAMARGO, S. P. H.; SILVA, G. L.; CRESPO, R.; OLIVEIRA, C. R.; MAGALHÃES, S. L. Desafios no processo de escolarização de crianças com autismo no contexto inclusivo: diretrizes para formação continuada na perspectiva dos professores. **Educação em Revista**, n. 36, p. 1-22, 2020.
- COSTA, D. S. da. **Plano Educacional individualizado: implicações no trabalho colaborativo para inclusão de alunos com autismo**. Orientador: Carlo Schmidt. 2016. 140f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2016.
- MATOS, S. N.; MENDES, E. G. Demandas dos professores e inclusão escolar. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Marília, v. 21, n.1, p. 9-22, 2015.
- NUNES, D. R. P.; AZEVEDO, M. Q. O.; SCHMIDT, C. Inclusão educacional de pessoas com Autismo no Brasil: uma revisão de literatura. **Revista Educação Especial**, v. 26, n. 47, p. 557-572, 2013.
- OLIVEIRA, M. A. de; SILVA, R. M. M. da; ZILLY, A. Plano educacional individualizado para a inclusão da criança autista na Educação Infantil. **Revista da Associação Brasileira de Psicopedagogia**. v. 39, n. 118, p. 40-53, 2022.

PEREIRA, D. M.; NUNES, D. R. de P. Diretrizes para a elaboração do PEI como instrumento de avaliação para educando com autismo: um estudo interventivo. **Revista Educação Especial**, Santa Maria, v. 31, n. 63, p. 939-960, out./dez. 2018.

SILVA, G. L. da. **A percepção de professores sobre os desafios e possibilidades de implementação do Plano Educacional Individualizado (PEI) para alunos com Transtorno do Espectro do Autismo**. Orientadora: Sígla Pimentel Höher Camargo. 2021. 128f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2021.

SILVA, G. L. da; CAMARGO, S. P. H. Revisão integrativa da produção científica nacional sobre o Plano Educacional Individualizado. **Revista Educação Especial**, n. , v. 34, p. 1-23, 2021.

TANNÚS-VALADÃO, G.; MENDES, E. G. Inclusão escolar e o planejamento educacional individualizado: estudo comparativo sobre práticas de planejamento em diferentes países. **Revista Brasileira de Educação**, v. 23, e230076, 2018.